

## JUSTIFICATIVA

### JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE

**PROCESSO ADMINISTRATIVO** Nº 19.21.0012.0027958/2023-88

**INEXIGIBILIDADE** Nº 09/2023

**CONTRATADO:** CONSULTE CONSULTORIA E TREINAMENTO LTDA CNPJ: 36.003.671/0001-53.

**OBJETO:** Contratação de empresa especializada em treinamento referente ao curso de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil de Forma Integrada na Administração Públicas no formato remoto para os servidores da Coordenadoria de Contabilidade e Finanças do MPPI.

**BASE LEGAL:** Art. 25, II, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

#### 1- Hipótese de inexigibilidade de licitação

Os casos de financiamento de cursos para treinamento e ou aperfeiçoamento de pessoal, seja técnico-administrativo, seja membro são instruídos através de inexigibilidade de licitação, com base no art. 25, II e art. 13, VI, da Lei nº 8666/93, conforme já pacificou a AGU e o TCU:

PORTARIA Nº 382, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2018 (Altera a Orientação Normativa nº 18, de 1º de abril de 2009.)

Art. 1º A Orientação Normativa nº 18, de 1º de abril de 2009, de caráter obrigatório a todos os órgãos jurídicos enumerados nos arts. 2º e 17 da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, passa a vigorar com a seguinte redação:

"CONTRATA-SE POR INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO COM FUNDAMENTO NO ART. 25, CAPUT OU INCISO II, DA LEI Nº 8.666, DE 21 DE JUNHO DE 1993, PESSOAS NATURAIS E JURÍDICAS PARA MINISTRAR CURSOS FECHADOS PARA TREINAMENTO E APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL OU A INSCRIÇÃO EM CURSOS ABERTOS.

O ART. 25, CAPUT, COMO FUNDAMENTO, IMPÕE A CONSTATAÇÃO DA INVIABILIDADE DE COMPETIÇÃO POR AUSÊNCIA DE CRITÉRIO OBJETIVO DE SELEÇÃO OU POR EXCLUSIVIDADE DO OBJETO PERSEGUIDO PELA ADMINISTRAÇÃO, MEDIANTE ROBUSTA INSTRUÇÃO DOS AUTOS DO PROCESSO ADMINISTRATIVO, SEM PREJUÍZO DA FISCALIZAÇÃO E CONTROLE AINDA MAIORES POR PARTE DOS ÓRGÃOS COMPETENTES.

A MOTIVAÇÃO LEGAL COM BASE NO ART. 25, INCISO II, DA LEI Nº 8.666, DE 1993, EXIGE A IDENTIFICAÇÃO DOS REQUISITOS DA NOTÓRIA ESPECIALIZAÇÃO E DA SINGULARIDADE DO CURSO.

INDEXAÇÃO: TREINAMENTO E APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL. CONTRATAÇÃO. PESSOAS NATURAIS E JURÍDICAS. CURSOS FECHADOS OU INSCRIÇÃO EM CURSOS ABERTOS.

REFERÊNCIA: Parecer nº 97/2017/DECOR/CGU/AGU; Parecer nº 98/2017/DECOR/CGU/AGU; e, Despacho nº 976/2018/GAB/CGU/AGU; art. 25, caput e inciso II, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993."(NR)

- Assunto: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO. DOU de 23.07.1998, segundo o qual consignou-se "considerar que as contratações de professores, conferencistas ou instrutores para ministrar cursos de treinamento ou aperfeiçoamento de pessoal, bem como a inscrição de servidores para participação de cursos abertos a terceiros, enquadram-se na hipótese de inexigibilidade de licitação prevista no inciso II do art. 25, combinado com inciso VI do art. 13 de Lei nº 8.666/93" (item 1, TC- 000.830/1998, Acórdão nº 439/1998-Plenário).

## **2- Requisitos legais para a regularidade da contratação direta**

I- Processo administrativo instruído com a solicitação de treinamento/curso de *Execução Orçamentária, Financeira e Contábil de Forma Integrada na Administração Públicas* no formato remoto para os servidores da Coordenadoria de Contabilidade e Finanças do MPPI. (INEXIGIBILIDADE Nº 09/2023), DOD (0553646), e TR (0587301), acompanhada da proposta da empresa e conteúdo programático do curso (0554737)(0556731);

II-Justificativa que contemple: a justificativa de preço e a razão de escolha do fornecedor (art. 26, parágrafo único, II e III da Lei nº 8666/93) em virtude de sua notória especialização (art. 25, II, da Lei nº 8666/93).

A justificativa de preço se fez a partir da constatação pela autoridade administrativa de que o preço a ser pago ao contratado encontra-se compatível com os preços praticados pela empresa para outros órgãos públicos, conforme documentos anexados aos autos (notas de empenhos) (0587469)(0587473)(0587477) de contratações do mesmo curso por outros órgão públicos, e mapa comparativo de preços (0587301) item 6.3 do TR;

Já as razões de escolha do fornecedor devem ser contempladas através da demonstração a notória especialização da entidade a ser contratada, tendo em vista a qualidade do(s) palestrante(s) que ministrará(ão) o curso, conforme se verifica na programação do curso anexada aos autos(0556731).

As contratações pelo ART. 25, INCISO II, DA LEI Nº 8.666 se caracterizam por serem serviço de natureza singular, técnico-profissional especializado, uma vez que as características que definem a singularidade e os serviços técnicos profissionais especializados são subjetivos, não podendo ser definidos de forma objetiva ou que permita a realização de comparação, pois a verificação da expertise é pessoal, particular o que impossibilita o cotejo de serviços singulares, sendo portanto, a competição inviável.

**3- Justificativa acerca da singularidade do serviço** a ser prestado através do curso ou treinamento, bem como sua compatibilidade com o programa ou plano institucional de capacitação do servidor/membro. Impende que a singularidade não significa que o serviço seja único, exclusivo ou raro, mas que detenha alto grau de complexidade e/ou "expertise" que se adéque ao interesse público do MPPI (TCU. Acórdão nº 85/1997 – Plenário).

A justificativa da singularidade, em suma, diz respeito não ao fornecedor, mas aos temas que

serão tratados no curso ou treinamento e sua compatibilidade com as funções exercidas pelo servidor ou membro.

**4- Comprovante de regularidade fisco-previdenciária** do fornecedor do curso ou treinamento (0588349).

**5- Comprovante de disponibilidade orçamentária e financeira** (0588600) e (0590085).

#### **6- Conclusão**

Ante o exposto, esta Comissão Permanente de Licitação manifesta-se favoravelmente pela regularidade da presente inexigibilidade de licitação para a contratação da empresa CONSULTRE CONSULTORIA E TREINAMENTO LTDA CNPJ: 36.003.671/0001-53., no valor de R\$ 11.450,00 (onze mil, quatrocentos e cinquenta reais), com fulcro no art. 25, II, c/c art. 13, VI, ambos da Lei n. 8.666/93.

Por último, é importante que se realize um planejamento administrativo, no sentido de que a emissão do empenho seja realizada antes do início do curso ou treinamento, sob pena de violação à Lei de Responsabilidade Fiscal e a Lei nº 4.320/64, a qual deverá ser acatada pela Procuradoria Geral de Justiça.

Rosângela da Silva Santana;  
Presidente da CPL B

Celiane Azevedo da Fonseca  
Membro CPL B



Documento assinado eletronicamente por **CELIANE AZEVEDO DA FONSECA, Membro de CPL**, em 10/10/2023, às 08:22, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ROSANGELA DA SILVA SANTANA, Presidente de CPL**, em 10/10/2023, às 08:22, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.mppi.mp.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.mppi.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **0591438** e o código CRC **773DF10F**.

**TERMO DE RATIFICAÇÃO**

**PROCEDIMENTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA Nº 19.21.0012.0027958/2023-88  
INEXIGIBILIDADE Nº 09/2023, art. 25, II, da Lei n. 8.666/93.**

Nesta data, RATIFICO, nos termos do art. 26 da Lei nº. 8.666/93, a contratação direta, mediante inexigibilidade de licitação, da empresa CONSULTRE CONSULTORIA E TREINAMENTO LTDA, inscrita no CNPJ (MF) sob o nº 36.003.671/0001-53, para ministrar treinamento/curso de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil de Forma Integrada na Administração Públicas no formato remoto para os servidores da Coordenadoria de Contabilidade e Finanças do MPPI, com embasamento legal no art. 25, II, c/c art. 13, VI, ambos da Lei nº 8.666/93, conforme justificativa apresentada pela Coordenadoria de Licitações e Contratos.

**HUGO DE SOUSA CARDOSO**  
Subprocurador de Justiça Institucional



Documento assinado eletronicamente por **HUGO DE SOUSA CARDOSO**,  
**Subprocurador(a) de Justiça Institucional**, em 10/10/2023, às 09:30, conforme art. 1º, III,  
"b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site  
[https://sei.mppi.mp.br/sei/controlador\\_externo.php?](https://sei.mppi.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)  
[acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.mppi.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador  
**0591854** e o código CRC **FD8A53C3**.